

Gestão de Pessoas, do Trabalho e Educação em Saúde

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO

Priscila Vieira Pacheco 1, Rita Maria Lino Tarcia 1

1 Pmsp/Secretaria Municipal De Saúde De São Paulo - Pmsp/Secretaria Municipal De Saúde De São Paulo, 2 Pmsp/Secretaria Municipal De Saúde De São Paulo - Pmsp/Secretaria Municipal De Saúde De São Paulo

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Em 2004 o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, visando a efetivação dos princípios do SUS. Mesmo após as iniciativas governamentais e avanços alcançados, equipes da Estratégia Saúde da Família ainda permanecem com acesso a propostas educacionais insuficientes e desarticuladas do contexto que atuam. O objetivo deste estudo foi identificar as necessidades de Educação Permanente indicadas pelos profissionais da Atenção Primária em Saúde. A coleta de dados foi realizada de dez/2016 a jan/2017, durante reunião técnica das equipes, utilizando dois questionários semiestruturados. A amostra foi composta por 155 trabalhadores e os temas frequentes foram: treinamentos de urgência e emergência, procedimentos ambulatoriais, curativo. Outros estão relacionados à melhoria do relacionamento interpessoal, desenvolvimento de habilidades de comunicação. Os resultados atestam predomínio de ações educativas ainda orientadas pela concepção de Educação Continuada

Frente à necessidade de aperfeiçoamento e capacitação dos profissionais de saúde no âmbito da saúde pública, esforços governamentais têm sido empreendidos. Em 2004 o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), visando a efetivação dos princípios do SUS (BRASIL, 2004). Segundo Lopes et al (2007), a proposta da educação permanente é possibilitar uma estratégia de ensino-aprendizagem com ênfase nas situações problema das práticas cotidianas de trabalho, partindo do pressuposto que o conhecimento se origina a partir da identificação das necessidades e da busca de soluções coletivas para os problemas encontrados. Ao considerar o cotidiano dos trabalhadores como ponto de partida desse processo, é possível a incorporação do aprender e ensinar à rotina das organizações e serviços por meio da reflexão, criticidade e do agir em prol da mudança (BRASIL, 2003). No entanto, mesmo após as iniciativas governamentais e avanços já alcançados, muitas equipes que atuam na Estratégia Saúde da Família (ESF) ainda permanecem com acesso a propostas educacionais insuficientes e desarticuladas do contexto em que atuam.

OBJETIVOS

Identificar as necessidades de Educação Permanente indicadas pelos profissionais da Atenção Primária em Saúde (APS).

METODOLOGIA

Estudo realizado em seis Unidades Básicas de Saúde (UBS), localizadas na região sul do município de São Paulo. As unidades caracterizam-se por conter eSF com aproximadamente 501 profissionais, entre: coordenador, médico, enfermeiro, cirurgião dentista, equipe multiprofissional, farmacêutico, auxiliar de enfermagem, agente comunitário de saúde,

assistente técnico bucal, técnico de saúde bucal, técnico de farmácia, assistente técnico administrativo, agente de promoção ambiental. A coleta de dados foi realizada no período de dezembro de 2016 a janeiro de 2017, durante a reunião técnica das equipes, por meio de dois questionários semi-estruturados; o primeiro para médico e enfermeiro com questões relacionadas as diretrizes do currículo baseado em competências para Medicina de Família e Comunidade e o segundo questionário para os demais profissionais com questões abertas.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 155 trabalhadores, o que correspondeu a 30,9% do total de profissionais das seis unidades avaliadas. Pode-se verificar 50% dos respondentes possuem nível superior, sendo 68% correspondem aos médicos e enfermeiros. O nível médio correspondeu a 48,2%, sendo que 35% representa a categoria de agente comunitário de saúde, o que é esperado pela maior representatividade desses profissionais na ESF. O tempo médio de atuação na APS varia de 25 dias (mínimo) a 20 anos (máximo), sendo um total de 52% dos respondentes têm menos de 05 anos de experiência na área. No levantamento de necessidades observou-se o predomínio de atividades educativas realizadas a partir dos problemas identificados nas unidades, sobretudo nos procedimentos técnicos. Isso reforça o destaque para a dimensão técnica do trabalho pautado no conhecimento técnico-científico, em consonância com a concepção de Educação Continuada (EC). Os temas frequentes estão relacionados aos treinamentos de urgência e emergência, procedimentos ambulatoriais, curativo. Outros estão relacionados à melhoria do relacionamento interpessoal, bem como ao desenvolvimento de habilidades à comunicação e aproximação com o usuário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo promovem a reflexão acerca das necessidades de treinamento dos trabalhadores da equipe de saúde da família. Além disso, possibilita uma reflexão sobre o uso de ferramentas estruturadas junto a prática das Unidades, de forma problematizadora. Os resultados também atestam o predomínio de ações educativas de trabalhadores ainda orientadas pela concepção de EC, convivendo com a identificação, por parte desses mesmos, da necessidade e possibilidade de atividades educativas com novos formatos, conteúdos e sentidos, na perspectiva da EP.